

ABRANTES, Pedro – Educação, desigualdades e mobilidade: o “elevador social” avariou?. *Configurações: Revista de Ciências Sociais* [Em linha]. 36 (2025) 61-68.
ISSN 2182-7419.

EDUCAÇÃO, DESIGUALDADES E MOBILIDADE: O “ELEVADOR SOCIAL” AVARIOU?

PEDRO ABRANTESⁱ

Universidade Aberta (UAb)
Centro de Estudos Globais (CEG)
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa
(CIES-ISCTE)

RESUMO

A partir do conhecimento produzido pela sociologia portuguesa, o artigo analisa a relação entre educação e desigualdades sociais, discutindo se, nas últimas décadas, o sistema educativo tem promovido a mobilidade social e a igualdade de oportunidades ou se tem contribuído para a reprodução da estrutura de classes.

PALAVRAS-CHAVE: escola, sistema educativo, classes sociais, mobilidade social, Portugal

ABSTRACT

EDUCATION, INEQUALITY AND MOBILITY: IS THE “SOCIAL ELEVATOR” BROKEN?

Based on the knowledge produced by Portuguese sociology, the article analyses the relationship between education and social inequalities, discussing whether, in recent decades, the educational system has promoted social mobility and equal opportunities or whether it has fostered the reproduction of the class structure.

KEYWORDS: school, educational system, social classes, social mobility, Portugal

ⁱ pedro.abrantes@uab.pt | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9572-9563>.

RESUMÉ

ÉDUCATION, INÉGALITÉS ET MOBILITÉ : « L'ASCENSEUR SOCIAL » EST-IL EN PANNE ?

À partir des connaissances produites par la sociologie portugaise, l'article analyse la relation entre l'éducation et les inégalités sociales, en discutant si, au cours des dernières décennies, le système éducatif a favorisé la mobilité sociale et l'égalité des chances ou s'il a contribué à la reproduction de la structure de classes.

MOTS-CLÉS: école, système éducatif, classes sociales, mobilité sociale, Portugal

Uma questão social que tem marcado as últimas décadas prende-se com o papel da educação na reprodução e/ou na transformação da estrutura de classes. Trata-se de uma questão transversal aos projetos modernizadores e democráticos – lembre-se o forte impacto que tiveram, a nível internacional, os estudos pioneiros de James Coleman, nos Estados Unidos, ou de Bourdieu e Passeron, em França, entre outros – que, em Portugal, tem adquirido particular expressão, não apenas porque o tecido social se tem caracterizado por desigualdades fortes e persistentes, mas também porque o processo de democratização e a transformação do sistema educativo foram especialmente recentes e rápidos.

Na segunda metade do século XX, vários estudos de referência da sociologia portuguesa analisaram e denunciaram como o insucesso e abandono escolar massivos, assim como os níveis reduzidos de literacia e qualificações de uma grande parte da população, em contraste com o observado então no resto da Europa, se associavam à reprodução de ciclos de pobreza severa e de exclusão social (Sedas Nunes, 1964; Almeida *et al.*, 1992; Benavente *et al.*, 1996; Martins, 2005). Assim, as últimas décadas conheceram um forte investimento (das famílias e do Estado) na educação, enquanto via para o crescimento económico e a igualdade de oportunidades, tal como inscrito na Constituição desde 1976. Foram construídas e requalificadas milhares de escolas básicas e secundárias, o corpo docente cresceu exponencialmente, o ensino profissional difundiu-se por todo o país e foram lançados sucessivos programas para

apoiar as crianças e os jovens, em particular, em condições e territórios mais vulneráveis. Este movimento, no qual, aliás, os estudos e a participação direta de muitos sociólogos têm sido relevantes, concretizou-se numa expansão acelerada dos níveis educativos e qualificacionais, sobretudo, nas gerações mais jovens, num processo de rápida convergência com os padrões europeus. As dúvidas que se têm colocado são em que medida este processo tem permitido, efetivamente, transformar a estrutura de classes, a qual, aliás, tem conhecido importantes reconfigurações, no contexto do capitalismo avançado (Seabra, 2009; Silva, 2009; Costa, 2012; Lopes, Louçã e Ferro, 2019).

Raramente os debates no espaço político-mediático têm discutido diretamente as questões das classes, das desigualdades e da exclusão social, o que, por si só, constitui parte do problema. Ainda assim, tem surgido amiúde, de diferentes quadrantes políticos e ideológicos, a metáfora do “elevador social” para designar a (in)capacidade do sistema educativo de promover a mobilidade ascendente dos indivíduos e grupos, num contexto de globalização capitalista, marcado por sucessivas crises económicas e fracassos na redução das desigualdades (Piketty, 2022; Tavares e Carmo, 2023). Os alarmes soaram quando poderosos organismos internacionais, como a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), começaram a publicar relatórios em que colocavam a hipótese de o “elevador social” se ter “avariado” (OCDE, 2018), alertando para a necessidade de novas políticas que promovam a mobilidade social através da educação.

Valerá a pena refletir sobre esta metáfora. O conceito de “elevador social” representa a sociedade como edifício, ou seja, com estruturas sólidas e que se impõem aos indivíduos que nele habitam e convivem, ocupando estes diferentes andares, com condições assimétricas. Está implícita a ideia de que os pisos de baixo têm habitações com condições mais modestas, mas que pela ação dos indivíduos, estes devem ter a possibilidade de ascender aos andares superiores, cujas habitações são melhores. O sistema educativo é entendido como um “elevador”, ou seja, uma máquina cuja função seria facilitar o trânsito dos indivíduos entre pisos, deixando subentendida a ideia de que os pisos com condições desiguais são imutáveis, sendo a circulação entre

eles limitada (os elevadores nunca podem transportar muitas pessoas simultaneamente). Poder-se-ia dizer que se aproxima de uma visão funcionalista da sociedade e que deixa várias perguntas em aberto: O elevador também leva pessoas para baixo? Quando muitos pretendem usar o elevador, quem tem prioridade? Existem escadas?

Os estudos que, em Portugal, têm procurado responder a esta questão, nos últimos anos, não deixam de apresentar uma realidade complexa e ambígua, pautada por avanços e recuos. A própria análise das políticas educativas, tanto nacionais como europeias (se ainda é possível distingui-las), têm enfatizado esse relativo hibridismo entre projetos neoliberais e democratizantes, não isento de conflitos, incertezas e contradições, com efeitos simultaneamente de inclusão e de exclusão (Alves e Canário, 2004; Teodoro e Aníbal, 2007; Antunes, 2019). Este diagnóstico estende-se à educação de adultos, a qual conheceu um impulso forte, mas efémero, na primeira década do século XXI (Lima e Guimarães, 2018).

As análises dos percursos escolares das crianças e jovens convergem para esta perspetiva. Por um lado, constata-se uma redução muito significativa, sobretudo, nas últimas duas décadas, das taxas de insucesso e abandono escolares, o que se reflete na (quase) universalização do ensino secundário e numa abertura exponencial do acesso ao ensino superior. Por outro, não apenas as competências e os diplomas alcançados mantêm uma forte correlação com as origens sociais, mas também emerge um campo de desigualdades entre escolas e entre vias de ensino, correspondendo não tanto às escolhas dos jovens e das famílias, mas sobretudo às suas condições e oportunidades, resultantes de mecanismos múltiplos de seletividade (Sá e Antunes, 2007; Sebastião, 2009). Isso é evidente no crescimento do ensino privado, bem como nas assimetrias entre escolas públicas, entre escolas privadas, entre regiões e entre territórios de uma mesma região.

Estas desigualdades sociais (com uma importante dimensão étnico-racial) tendem a formar-se desde os primeiros anos da educação básica, naturalizando-se na construção social do “bom” e do “mau” aluno (Diogo, Ferreira e Melo, 2023), tendo-se inclusivamente ampliado no contexto de políticas de austeridade e de revitalização dos programas

e exames nacionais (Albuquerque, Seabra e Martins, 2022). Não se esbateram com a redução das taxas de retenção e desistência (Abrantes, Palhares e Torres, 2024) e têm, depois, uma expressão notória no encaminhamento dos jovens das classes populares e de origens imigrantes para ofertas profissionalizantes, por vezes, ainda na educação básica e, de forma sistemática, no acesso ao ensino secundário (Abrantes e Roldão, 2019).

Esta perspetiva é reforçada pelas análises do impacto do programa *Territórios Educativos de Intervenção Prioritária*, cujo relativo sucesso na regulação dos comportamentos e em alguns contextos locais específicos, não tem tido reflexos, a nível nacional, numa redução consistente das assimetrias de resultados entre as escolas abrangidas e as restantes (Ferraz, Neves e Nata, 2018; Abrantes, 2022a). É, ainda, confirmada por estudos com populações historicamente marcadas pela exclusão escolar e social, como é o caso das comunidades ciganas (Magano e Mendes, 2016) ou dos territórios rurais de fronteira (Silva e Silva, 2018), coexistindo o prolongamento dos percursos escolares com uma relação conflitual, em que as oportunidades se vão estreitando e a participação dos jovens não é efetivamente reconhecida.

Por fim, a análise sociológica dos efeitos destas transformações educativas na estrutura de classes implica prudência, uma vez que ocorrem necessariamente num tempo dilatado e na convergência de múltiplas dinâmicas. Em todo o caso, estudos recentes (Martins et al., 2016; Abrantes, 2022b) revelam que as trajetórias e credenciais educativas permanecem um fator central no acesso às classes dominantes, relativizando uma alegada desvalorização dos diplomas. O ensino superior e, inclusive, as qualificações profissionalizantes de nível secundário, têm contribuído para que uma parte dos jovens (e adultos) de origens desfavorecidas se tornem empresários, dirigentes ou profissionais técnicos e de enquadramento, continuando estas classes a caracterizar-se por estatutos e condições de vida superiores às restantes. Numa sociedade altamente competitiva e mutante, aliás, o problema tende a ser o inverso: a escassez de oportunidades de valorização e inclusão daqueles que não alcançam esses títulos educativos (desvalorização dos diplomas de nível básico e secundário), o que acarreta

um risco de enfraquecimento do tecido económico, cultural, social e político, reacendendo os fantasmas da “sociedade dualista” (Sedas Nunes, 1964). Por seu lado, as oportunidades educativas não deixam de se ampliar também para as classes favorecidas, as quais mobilizam investimentos importantes para manter espaços (formais e informais) e diplomas educativos distintivos, procurando garantir, em combinação com outros capitais, um acesso privilegiado aos segmentos dominantes do mercado de trabalho e da estrutura social (Abrantes, Santos e Schippling, 2024).

Resta-me concluir felicitando a *Configurações* e todos aqueles que têm trabalhado para estes vinte anos de longevidade, pelo inestimável papel na difusão de conhecimento relevante sobre as questões sociais do nosso tempo, expondo injustiças, preconceitos e exclusões, contribuindo para uma sociedade mais consciente, mais solidária, mais livre. Venham mais vinte!

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Pedro – Têm os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária mitigado as desigualdades educativas e sociais? *Cidades, Comunidades e Territórios*. Lisboa. ISSN 2182-3030. 45 (2022^a) 147-160.
- ABRANTES, Pedro – Educação e classes sociais em Portugal: Continuidades e mutações no século XXI. *Sociologia, Problemas e Práticas*. Lisboa. ISSN 2182-7907. 99 (2022b) 9-27.
- ABRANTES, Pedro; PALHARES, José Augusto; TORRES, Leonor Lima – Percursos escolares e participação social dos jovens: As origens de classe ainda são relevantes? *Revista Portuguesa de Educação*. Braga. ISSN 0871-9187. 37:1 (2024) 1-24.
- ABRANTES, Pedro; ROLDÃO, Cristina – The (mis)education of African descendants in Portugal: Towards vocational traps? *Portuguese Journal of Social Science*. Bristol. ISSN 1758-9509. 18:1 (2019) 27-55.
- ABRANTES, Pedro, SANTOS, Susana; SCHIPPLING, Anne – Socialização, trajetórias educativas e internacionalização entre jovens das classes dominantes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra. ISSN 0254-1106. 134 (2024) 51-74.
- ALBUQUERQUE, Adriana; SEABRA, Teresa; MARTINS, Susana da Cruz – Seletividade social na escola básica portuguesa. *Análise Social*. Lisboa. ISSN 0003-2573. 57: 244 (2022) 520-543.
- ALMEIDA, João Ferreira de; CAPUCHA, Luís; COSTA, António Firmino da; MACHADO, Fernando Luís; NICOLAU, Isabel Nicolau; REIS, Elisabeth - *Exclusão social: Factores e tipos de pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta, 1992. ISBN 9728027001.
- ALVES, Natália; CANÁRIO, Rui – Escola e exclusão social: das promessas às incertezas. *Análise Social*. Lisboa. ISSN 0003-2573. 38:169 (2004) 981-1010.

ANTUNES, Fátima – Formar uma elite ou educar um povo? Quarenta anos de ensino secundário em democracia. *Sociologia, Problemas e Práticas*. Lisboa. ISSN 2182-7907. 89 (2019) 53-77.

BENAVENTE, Ana; ROSA, Alexandre; COSTA, António Firmino da; ÁVILA, Patrícia – *A literacia em Portugal: Resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. ISBN 9723107139.

COSTA, António Firmino da – *Desigualdades sociais contemporâneas*. Lisboa: Mundos Sociais, 2012. ISBN 9789898536150.

DIOGO, Ana, FERREIRA, Manuela; MELO, Benedita Portugal e – A interiorização da performance pelas crianças: lógicas de fabricação do bom aluno no ensino primário. *Educação & Sociedade*. São Paulo. ISSN 1678-4626. 44 (2023) e265864.

FERRAZ, Hélder; NEVES, Tiago; NATA, Gil – A eficácia dos programas de educação compensatória nos resultados escolares: análise do programa nacional português de educação compensatória ao longo de 13 anos. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*. Rio de Janeiro. ISSN 0104-4036. 26:100 (2018) 1058–1083.

LIMA, Lícínia; GUIMARÃES, Paula – Lógicas políticas da educação de adultos em Portugal. *Cadernos de Pesquisa*. Brasília. ISSN 0100-1574. 48:168 (2018) 600-623.

LOPES, João Teixeira; LOUÇÃ, Francisco; FERRO, Lígia – *As Classes Médias em Portugal: Quem São e Como Vivem*. Lisboa: Bertrand, 2019. ISBN 9789722537872.

MAGANO, Olga; MENDES, Manuela – Constrangimentos e oportunidades para a continuidade e sucesso das pessoas Ciganas. *Configurações: Revista Ciências Sociais*. Braga. ISSN 2182-7419. 18 (2016) 8-26.

MARTINS, Susana da Cruz – Portugal, um lugar de fronteira na Europa. *Sociologia, Problemas e Práticas*. Lisboa. ISSN 2182-7907. 49 (2005) 141-161.

MARTINS, Susana da Cruz; MAURITTI Rosário; NUNES, Nuno; COSTA, António Firmino da; ROMÃO, Ana Lúcia – A educação ainda é importante para a mobilidade social? Uma perspetiva das desigualdades educacionais da Europa do Sul no contexto europeu. *Revista Portuguesa de Educação*. Braga. ISSN 0871-9187. 29:2 (2016) 261-285.

NUNES, Adérito Sedas – Portugal, sociedade dualista em evolução. *Análise Social*. Lisboa. ISSN 0003-2573. 2:7-8 (1964) 407-462.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. *Broken social elevator? How to promote social mobility*. Paris: OCDE, 2018. ISBN 9789264301078.

PIKETTY, Thomas – *Uma breve História da Igualdade*. Lisboa: Temas & Debates, 2022. ISBN 9789896447076.

SÁ, Virgínio; ANTUNES, Fátima – Públicos e (des)vantagens em educação: escolas e famílias em interacção. *Revista Portuguesa de Educação*. Braga. ISSN 0871-9187. 20:1 (2007) 129-161.

SEABRA, Teresa – Desigualdades escolares e desigualdades sociais. *Sociologia, Problemas e Práticas*. Lisboa. ISSN 2182-7907. 59 (2009) 75-106.

SEBASTIÃO, João – *Democratização do Ensino, Desigualdades Sociais e Trajectórias Escolares*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009. ISBN 9789723112863.

SILVA, Manuel Carlos – Desigualdade e exclusão social: de breve revisitação a uma síntese proteórica. *Configurações: Revista de Ciências Sociais*. Braga. ISSN 2182-7419. 5/6 (2009) 11-40.

SILVA, Ana Milheiro; SILVA, Sofia Marques da – Relação escola-comunidade em regiões de fronteira. *Educação, Sociedade & Culturas*. Porto. ISSN 2184-8408. 52 (2018) 28-46.

TAVARES, Inês; CARMO, Renato Miguel do – *Análise da pobreza, privação e desigualdades em Portugal: Tendências recentes num país persistentemente desigual*. Lisboa: Observatório das Desigualdades, CIES-Iscte, 2023.

TEODORO, António; ANÍBAL, Graça – A Educação em tempos de Globalização. Modernização e hibridismo nas políticas educativas em Portugal. *Revista Lusófona de Educação*. Lisboa. ISSN 1645-7250. 10 (2007) 13-26.